

Jorge Costa Pereira; 17.05.2011

Ampliação do Porto da Horta

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhor Presidente, Senhoras e Senhores membros do Governo

A situação que ainda hoje se vive no transporte de passageiros no Triângulo e muito especialmente no Canal Faial/Pico quanto às condições dos utentes em terra é insustentável e inaceitável. A gare marítima do Cais de Santa Cruz já há muitos anos que não tem as condições mínimas para satisfazer um tráfego anual de mais de 400 mil passageiros que circulam no Canal.

Por outro lado, é incontornável a necessidade de investir na ampliação da Marina da Horta, que todos os anos se defronta com períodos alargados em que se encontra completamente lotada e em que, por isso, as embarcações que a escalam se vêm obrigadas a fundear no porto comercial, sem usufruir dos serviços que uma estrutura adequada lhes poderá proporcionar.

Também já há anos é reivindicação justa e atendível dos pescadores desta ilha a necessidade de se reformular a área do cais de pescas no Porto da Horta e melhorar as condições do mar na actual zona do "saco do Porto".

Por outro lado, e fruto da qualidade e diversidade das actividades que vem desenvolvendo, também o Clube Naval da Horta já há muitos anos que reivindica, com justiça, a ampliação das suas instalações de forma a não só poder corresponder às necessidades do seu crescimento como também à diversificação das suas actividades.

E, no contexto da emergência de todas estas alterações na zona litoral e no porto da cidade da Horta, impõe-se uma necessidade óbvia: intervir na chamada Frente de Mar da cidade, especialmente na sua Marginal, dando-lhe um novo enquadramento e arranjo urbanísticos e integrando-a melhor nas novas funcionalidades que decorrerão dessas alterações.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Uma resposta à justeza destas reivindicações e necessidades foi dada a 22 de Novembro de 2006 pelo Sr. Presidente do Governo Regional dos Açores que, no discurso de encerramento do debate sobre o Plano e Orçamento para 2007, anunciou "o lançamento, em 2007, do concurso para a primeira fase da obra de reordenamento do porto e da requalificação do litoral da cidade da Horta, que, no seu conjunto, melhorará a zona de pescas aumentando a área linear de cais, que incluirá a construção de um novo molhe acostável para o embarque e desembarque de passageiros construído a partir da zona da freguesia da Conceição onde se situará um terraplano libertando a Praça Manuel de Arriaga das suas congestionadas funções, ampliando para cerca do dobro a capacidade da actual Marina, construindo a nova instalação do Clube Naval e alindando significativamente a Avenida Marginal."

O tempo, entretanto, mostrou-nos mais uma vez que os anúncios e as promessas do Sr. Presidente do Governo, no que à ilha do Faial dizem respeito, são sempre infinitamente mais velozes do que a sua concretização. E o tempo também nos prova que, pelo caminho que se foi percorrendo, jazem sem concretização à vista, as promessas quanto à ampliação da Marina, ao cais de pescas, à ampliação do Clube Naval e à requalificação da Avenida Marginal.

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Fixemo-nos, porém, no que restou daquelas promessas anunciadas pelo Presidente do Governo: a obra que está em curso, a do novo molhe a norte, cuja importância naturalmente se reconhece. Mas, até nela, não podia faltar o folhetim, inevitável e obrigatório em quase todos os investimentos deste governo no Faial.

Relembremos os factos: em Agosto de 2007, quase um ano depois do anúncio do Presidente do Governo, em plena Semana do Mar, com pompa e circunstância, o

Governo Regional apresentou aos Faialenses a maqueta da intervenção a realizar no Porto da Horta. O que estava então lá previsto fazer-se? Citemos o Gabinete de Apoio à Comunicação Social, que transcrevia as palavras de Duarte Ponte, Secretário Regional da Economia: " [aquele governante] salientou que na Horta, o Governo Regional vai lançar, muito em breve, um concurso público para reabilitar e reordenar toda a frente marítima daquela cidade, a fim de criar novas condições para a recepção de navios de cruzeiros, tendo especificado que neste porto faialense será criado um cais para cruzeiros com cerca de 400 metros de comprimento e à profundidade de menos 12 metros."

Mas oito meses depois, o mesmo Secretário Regional, em entrevista ao diário desta cidade, já admitia como possível a necessidade de alterar o projecto daquela obra, embora, garantisse, logo a seguir, para sossegar os ânimos, que "tudo indica que tal não será necessário".

Mas, ironia das ironias, menos de um mês depois destas palavras, aquele mesmo responsável governamental já não só anunciava que o projecto (o tal que há um mês não seria necessário alterar) estava de tal forma mudado que até já era outro. E mais: estava pronto. E até, garantia o titular da pasta da Economia, tinha uma nova e "melhor solução" (palavras suas) para o Cais de Cruzeiros que seria na curva da actual doca, que seria enchida!

Podemos, portanto, sintetizar que aquilo que o Governo Regional considerou "o melhor para o Faial" neste processo foi o seguinte: minguar o comprimento do molhe de 400 para 293 metros; e minguar a profundidade do interior do novo porto de menos 12 metros para metade, menos 6 metros!

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Mas o folhetim ainda não havia terminado.

A decisão de se avançar para esta obra mantendo no interior do porto a cota de profundidade de menos 6 metros está em contra-mão com tudo o que são orientações e recomendações actuais. Contra isso, tomaram-se posições. Denunciou-se até

publicamente o pouco impacto que o rebaixamento da cota de profundidade teria, em termos financeiros no conjunto do investimento. Mas não, não podia ser. O actual Secretário Regional da Economia garantiu, a 30 de Novembro de 2009, que "não se justifica dragar mais fundo no interior do novo cais de passageiros, na medida em que os 6 metros de profundidade cumprem perfeitamente os objectivos da obra."

Mas, sete meses depois, afinal já não era bem assim: o Governo deliberava em Junho de 2010 autorizar o rebaixamento da cota de fundação do novo porto para menos 8 metros!

Senhor Presidente

Senhoras e Senhores Deputados

Senhores membros do Governo

Todos estes factos comprovam indiscutivelmente uma enorme e inexplicada errância nas opções. E que confiança se pode ter num processo que já acumula um historial desta natureza e uma angustiante fragilidade na fundamentação das decisões?

Acresce que à errância das opções, pairam sobre esta obra dúvidas várias.

Desde logo sobre o impacto que ela poderá ter no chamado "saco do Porto" e na zona de pescas. Já questionámos sobre os estudos efectuados e sobre os seus resultados, mas há um ano que aguardamos resposta.

Por outro lado, importa saber se as obras que estão neste momento em curso correspondem integralmente ao novo projecto ou são, elas próprias, fruto de alterações introduzidas posteriormente e em obra, nomeadamente no que concerne à área da plataforma paralela ao leito da Ribeira da Conceição, ao comprimento do molhe norte/sul e a sua orientação no sentido norte/oeste?

Como também urge saber se as obras em curso que alteraram o projecto inicial foram previamente testadas em laboratório. Qual ou quais laboratórios? Quando foram feitos os testes e quais os resultados.

Desde 28 de Maio de 2010, até hoje, volvido um ano, continuamos a aguardar a resposta que o Governo tem o dever de dar em 60 dias.

E mais: afinal haverá ou não rebaixamento e dragagem do interior do novo molhe para menos 8 metros, ou estes são apenas para a zona das fundações do porto?

Finalmente, persistem as indefinições sobre a ou as fases seguintes da obra, que contemplarão a ampliação da Marina, o porto de pescas, a Marginal e o Clube Naval. Afinal, quantas serão as fases? Qual o planeamento que está para elas previsto? Qual o ponto de situação dos respectivos projectos?

Também neste domínio persiste uma preocupante ausência de informação que não ajuda nada a transparência de todo este processo!

Tenho dito.

Horta, 17 de Maio de 2011

Jorge Costa Pereira
Deputado Regional